

# ENTRE FORMAS E TEMPOS: GOIÂNIA NA PERSPECTIVA DO PATRIMÔNIO

Manuel Ferreira Lima Filho

A cidade só pode se perpetuar se seus habitantes reconquistarem-na cotidianamente em seus sonhos e devaneios.

(Cornelia Eckert e Anal Luiza Rocha)

## **Entre o Rio Vermelho, o Gado e a Ema: nasce Goiânia**

A principal justificativa para se construir Goiânia era a de que a velha capital, cidade de Goiás, fundada em 1726 à margens do Rio Vermelho, não mais apresentava condições geográficas e ambientais para o desenvolvimento de uma capital de um Estado que tinha como principal meta romper com a noção de atraso que o imaginário nacional tinha sobre ele. Aliada a esse fato, registra-se a trama política coordenada pelo interventor Pedro Ludovico Texeira, com total apoio do presidente Getúlio Vargas, de enfraquecer o comando tradicional de velhas oligarquias no Estado, notadamente a dos Caiados, deslocando a capital de um espaço político e social liderados por alguns de seus representantes. Nessa primeira onda bachelariana do tempo, Goiânia nasce, assim, como ruptura, um vetor da cidade de Goiás. Sua primeiras formas espaciais são pensadas nas pranchas dos urbanistas e projetistas. Em 1933, sua pedra fundamental é lançada onde hoje é o poço do elevador do Palácio das Esmeraldas, residência oficial do governador, na praça central da cidade, indicada por Attilio Correa Lima com um pedaço de osso de uma ema diante de um cerrado aberto e plano (METRAN, 2006).

Essa ruptura espacial e temporal não foi tão pacífica assim. Houve resistências; a cidade de Goiás se dividiu. Mas o fato é que Goiânia começa a ser construída em 1933, os poderes legislativo e executivo são transferidos em 1937, e o batismo cultural da cidade aconteceu em 1942, com grande mobilização nacional.

Com os primeiros anos, algumas famílias da cidade de Goiás mudam para Goiânia enquanto outras permanecem. E, assim, separam-se ritmos entre as cidades: Goiás se volta para continuar suas formas de sociabilidades nascidas de um passado colonial, com suas festas religiosas, seus alfenins, suas igrejas, artistas, elites e também com suas periferias profundamente identificadas com símbolos do mundo rural. Não pára no tempo, mas segue seu próprio ritmo, historicidades, sociabilidades e referências culturais e identitárias. Goiânia, por sua vez, busca a velocidade da modernização, de cumprir sua meta de metrópole no Planalto Central do Brasil, como um ensaio experimental para a construção de Brasília anos depois, e, ao mesmo tempo, inspirada na experiência de Belo Horizonte no final do século XIX.



**Foto 01** – Praça do Coreto na cidade de Goiás, no início do século XX (Fonte: Craveiro, 1994).

O Plano urbanístico concebido por Attílio Correa Lima, de influência francesa, explorou a topografia do sítio, pois o traçado proposto para o núcleo pioneiro de Goiânia favorecia a drenagem por topografia, integrando as microbacias hidrográficas. Ele buscou privilegiar o sistema viário com avenidas largas, sistemas de

estacionamento, beneficiando, assim, o comércio. Utilizou-se, então, de uma malha ortogonal. Para a zona industrial, nas imediações da estrada de ferro, concebeu desvios e uma estação de triagem. Para a zona residencial, o plano previa uma área tranqüila, distante do movimento do centro. Reservou, em seus planos, grandes áreas verdes que visavam à salubridade e à beleza. O plano por ele elaborado criava os setores central, norte, sul, oeste e leste com delimitação espacial bem definida. Com mão-de-obra recrutada do interior de Goiás e de outras regiões do país, construiu-se, assim, Goiânia (MACHADO *et al*, 2003; SILVA, 2006). Mais tarde, um outro urbanista, Armando de Godoy, de influência inglesa, continua a projetar os primeiros traços da nova capital inspirado na cidade jardim inglesa.

Em 1940, Goiânia já tinha uma população urbana de 19.000 habitantes. Em 1950, a população era de mais de 53.000 pessoas (mais de 40.000 só na área urbana), número que saltou para 150.000 em 1960, para cerca de 700.000 em 1980 e para mais de um milhão em 1998. Projetada para ter 50.000 habitantes, a população de Goiânia cresceu rapidamente, unindo-se a Campinas, que dela estava separada por 6 km. Campinas tornou-se um bairro de Goiânia, como muitos outros que foram surgindo (MACHADO *et al*, 2003).

### **Tornando-se “Patrimônio”**

No ano de 2002, Goiânia é alvo de um processo de tombamento Federal de seu Núcleo Pioneiro, juntamente com edifícios públicos e componentes *Art Déco* (IPHAN, 2002). O estilo *Art Déco* foi lançado oficialmente em 1925 em Paris. A arquitetura é marcada por volumetria geométrica, simétrica e imponente, com ornamentação e, portanto, com muitos elementos decorativos. No Brasil, foi amplamente difundido no período do Estado Novo, sendo exemplo típico a torre do relógio da Central do Brasil no Rio de Janeiro e quase todas os edifícios dos Correios espalhados pelo país construídos nessa época. Em Goiânia, o estilo foi adotado nos principais prédios públicos.

O processo de tombamento do conjunto de elementos *Déco* em Goiânia foi conduzido por várias instituições e atores sociais, liderados pelo IPHAN regional, movidos pelo sucesso de um processo anterior que culminou na declaração da cidade de Goiás como patrimônio da

Humanidade pela Unesco. Novamente, as duas cidades são coladas no imaginário e nas ações políticas do Estado brasileiro. Se antes Goiânia nasce como um ato de rompimento em relação à cidade de Goiás (1933), agora Goiânia (une-se) nutre-se da experiência bem sucedida do processo do tombamento de Goiás para reivindicar e ver também bem sucedida a nomeação de um *status* patrimonial em âmbito nacional (2002). É como se os vetores do tempo se unissem novamente pela categoria *excepcionalidade*: uma pelo casario colonial; outra pelos seus componentes *Art Déco*<sup>1</sup>.

O processo do tombamento de Goiânia colocou em pauta o patrimônio cultural da cidade e indagações sobre os significados desse tombamento nas representações sociais que os pioneiros e habitantes da cidade tinha sobre ela. Embora seja uma cidade relativamente nova (73 anos), a questão do “centro histórico”, assim como toda a cidade, tem sido objeto de quatro planos urbanos que defendiam estratégias, instituíam concursos públicos de requalificação do núcleo histórico e de fachadas dos prédios, além de demandas de associações junto à prefeitura. Atualmente, um quinto plano tramita na Câmara Municipal (SILVA, 2006).

O processo de tombamento também institui uma “memória oficial”, e Goiânia se “torna” colecionada, classificada, indexada, padronizada – enfim, musealizada. Se o processo de tombamento do conjunto de vinte e dois elementos e prédios públicos considerados representativos do estilo *Art Déco* coloca a cidade positivamente no cenário nacional e internacional, pode, por outro lado, induzir a um processo identitário redutor.

Desta forma, se o processo de tombamento pode ser visto como uma ação naturalizada do IPHAN, numa esteira de tradição do órgão desde os tempos de Rodrigo Mello Franco, amparada por uma diretriz positivista de nossa legislação, as pesquisas tanto do ponto de vista da arquitetura como da antropologia apontam inequivocadamente que *Art Déco* está longe de ser uma expressão de penetração no imaginário da cidade. Ela deve ser compreendida como uma ação legítima e normativa do IPHAN em relação aos aspectos inerentes ao processo

---

<sup>1</sup> Sobre as questões históricas, ideológicas e de poder identificando os movimentos políticos e históricos sobre as cidades de Goiás e de Goiânia, ver o meu artigo “O Futuro do Passado da cidade de Goiás: gestão, memória e identidade” (2003).

de tombamento, proteção e divulgação e até mesmo de valorização de uma entre várias formas arquitetônicas que registraram uma concepção de morar, de representar idéias e de transmitir valores.

Se o *Art Déco* é uma das formas arquitetônicas da cidade que remetem a um tempo social e político notadamente da política de Vargas, quais são as outras formas temporais e sociais que poderiam desenhar o mosaico de formas e de tempos sociais de Goiânia?

### **Sertão, Mundo Rural e Urbanidade: a rua 20 como rito de passagem**

Podemos pensar que, na perspectiva da literatura nacional e regional, os grandes espaços do cerrado do Estado de Goiás na década de 1930 e 1940 se identificam com uma categoria do pensamento social brasileiro denominada de sertão. Grandes espaços, gado a esmo, natureza indomável, casebres, atraso, isolamento. Nesse sentido, podemos pensar que o movimento de deslocamento da capital do Estado da cidade de Goiás para as proximidades de Campinas (hoje um bairro de Goiânia) é um deslocamento no “sertão”, na perspectiva que Vidal e Souza (1997) denominou de “crescer para dentro” na esteira da construção de uma nacionalidade colocada em prática pelos que marcharam para o oeste, como analisei em outro trabalho entre os pioneiros da Marcha para o Oeste (LIMA FILHO, 2001). Assim, nas próprias narrativas dos primeiros habitantes de Goiânia, o cenário era de sertão, um mundo mágico: a paisagem, as impressões e representações da natureza a ser domesticada, matas, bichos, forças da natureza incontroláveis, vastidão, vazio, como nos mostra D. Armênia:

Não havia água, nem energia elétrica ainda. (...) Para preparar as refeições de nossa filha, usávamos uma pequena fogueira, do lado de fora do prédio. Não se encontrava um fogareiro. (...) até vir de Goiás um fogareiro de álcool. Na época, convivíamos em Goiânia com pequenos animais que viviam na periferia das matas, como coelhos, iaras, gatos do mato, (...) sagüis, tatus etc. Naquele mundo mágico, o vigia noturno do Grande Hotel caçava coelho e tatu-galinha (...) Aranhas caranguejeiras entravam livremente pelas portas de fora (...) A tempestades de Goiânia (...) eram realmente impressionantes! Na vasta campina aberta, ainda quase vazia o vento campeava solto,

adquirindo uma força e velocidade incontroláveis (...) Caíam raios em todas as direções (...) com a força que adquiria começava a levantar folhas, papéis, galhos secos e por fim já era uma ameaça terrível para as pessoas (...) ai de quem cruzasse sua rota; era arrastado, rodopiado (...) lançado de encontro aos muros ou cercas de arame farpado. A população temia-os (...) Misto de cidade e sertão (SOUZA, 1989: 25-28 e 51).

Podemos, então, inferir que este ambiente narrado como sertão era um estado “cru”, pensado por Lévi-Strauss. A instalação da “civilização” era o início do processo do “cozimento” da transformação da natureza para a cultura.

Contudo, numa perspectiva etnográfica, os primeiros habitantes de Goiânia não eram sertanejos. Eram pessoas provenientes do interior de Goiás e de Minas Gerais, principalmente. A primeira leva de moradores veio da antiga capital: funcionários públicos, professores, administradores, profissionais liberais e, de modo expressivo, operários que vieram para a construção dos prédios públicos, notadamente em estilo *Art Déco*. Juntamente com o conjunto desses edifícios públicos, que mais tarde seriam tombados pelo IPHAN, o governo construiu uma série de casas padrão onde funcionou o palácio do governo estadual, a faculdade de Direito, o conservatório de música e residências para os funcionários que chegavam da antiga capital. Mais tarde, essas casas foram vendidas, como registrou Monteiro (1938: 151):

Os primeiros prédios foram concluídos foram os dez destinados a funcionários e o Jardim de Infância. Os dez prédios foram construídos na rua 20. Foi essa a primeira rua de Goiânia. Nela foram instalados provisoriamente o Palácio, a Secretaria Geral, O escritório Central de Obras e a Diretoria Geral da Fazenda que, por ser muito grande, teve que ocupar duas casas, sendo uma para Seção de Terras. Uma das novas casas foi destinada à residência do governador Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Outra serviu de residência ao Dr. Câmara Filho, diretor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica (...) Numa foi residir o Dr. Sólton de Almeida Superintendente do Departamento de Propaganda e venda de lotes. Noutra residiu o Dr. Germano Roriz até fins de 1935 quando (...) passou [para]o Diretor Geral e Segurança Públicas Dr. João Monteiro (MONTEIRO, 1938:151).



**Foto 02** – Rua 20. Antônio Pereira da Silva. Déc. 1940. Goiânia (Acervo MIS-GO).

Mas, enquanto essas casas estavam sendo construídas, naquela que seria considerada oficialmente a primeira rua de Goiânia, denominada RUA 20, os primeiros habitantes de fato fizeram suas casas de pau a pique e de palha às margens do córrego Botafogo, fonte de água potável. Aí foi instalada a pensão da Dona Maruca, onde todos se encontravam. Nas margens do mesmo córrego, banheiros públicos foram construídos, e o lugar era fonte de água potável. Nesse primeiro momento de ocupação, havia, portanto, uma identificação com o mundo rural, muito próximo da visão de mundo dos lugares de onde esses moradores vieram: pequenos animais silvestres, árvores frutíferas do cerrado, peixes, banhos de córrego, noites estreladas – enfim, uma paisagem bucólica embora “selvagem”.

Não havia água encanada. Então, as casas foram feitas com fundo, o quintal, digamos assim, a terminação do quintal passava no córrego Botafogo. Aí fizeram dois banheiros, forçaram... eles construíram uma queda d’água que tinha o banheiro das mulheres e depois, mais para cima, dos homens (Nize de Freitas, 19/09/2006).



**Foto 03** – Rua 20. Eduardo Bilemjian. Déc. 1930. Goiânia (Acervo MIS-GO).

A Rua 20 em construção foi traçada de forma paralela ao córrego Botafogo. Entre a Rua 20 e o Córrego Botafogo, formou-se mais espontaneamente a Rua 24, caracterizada por residências, embora essa rua tenha sido marcada pelo lugar, sob uma Moreira, escolhido por Pedro Ludovico para assinar seus primeiros atos administrativos na capital. Apenas mais tarde, passou a administrar do “palacinho” da Rua 20. A importância dessa árvore no imaginário dos depoentes lhe confere um lugar de destaque nas memórias dos primeiros dias da nova cidade, como é o caso da Dona Virgínia Pereira Mendes, que, em suas reminiscências, conversa com a velha árvore:

Tenho muita recordação de tudo que passou. Tenho a impressão que você deve estar pertinho dos 80 ou 90 anos de existência. Deus te abençoe pelo que tivesses, pois quantos anos faz que, debaixo de suas sombras, durante o dia e a noite, o repouso de um sono tranqüilo. Todos que te procuram foram recebidos com muita bondade e carinho. Que lindo destino foi o seu, minha bela Gameleira [Moreira]. No dia que você nasceu, talvez estivesse imaginado que iria ficar bem solitária, bem sozinha, nesse imenso planalto. Mas o seu destino já estava reservado, você teria que dar acolhida para todas aquelas famílias que estavam migrando para essa bela capital. Assim, passaram muitos por debaixo de sua sombras (Virgínia Pereira Mendes, 01/11/2005).

Desta maneira, podemos dizer que a Rua 20 era um primeiro ponto oficial, após todos passarem pelas sombras da velha Moreira, bem próximo do Córrego Botafogo. O primeiro rito. Era, pois, um tipo de batismo para quem viesse morar na nova capital. Depois, havia o rito oficial mesmo, de se abrigar nas casas da Rua 20. Era uma rua transitória mas necessária. Nela estavam concentrados valores considerados importantes: a igreja (na Rua 20, morava o Bispo, e, ao lado, foi construída a catedral de Goiânia), o Palácio do Governo, a faculdade de Direito e o Conservatório de Música, o Jardim de Infância, entre outros). Portanto, morar na rua 20 era morar perto do poder e do prestígio. Entretanto, à medida que a cidade crescia, aos poucos essa função de liminaridade foi-se perdendo. Com a construção do Setor Sul, durante muitos anos considerado o setor nobre da cidade, alguns moradores de maior poder aquisitivo construiriam suas casas nele. Os funcionários e servidores se foram também distribuindo pela cidade, como o Bairro Popular, Setor dos Funcionários, Setor Fama; e alguns, como o advogado e ex-professor do curso de Direito Pereira Zeka, permaneceram na mesma casa construída na década de 40, já que seu sogro comprara do Estado. Os mais pobres continuaram às margens do Córrego, que, mais tarde, seria uma grande favela e que depois, ainda, se transformaria no Setor Universitário, onde hoje se encontram as primeiras edificações das Universidades Federal e Católica de Goiás.

Observa-se, dessa maneira, que a cidade nasceu elitizada na divisão de seus espaços urbanos para além de qualquer boa intenção de seus urbanistas e planejadores. Analisando-se as narrativas dos pioneiros – categoria ampla, mas com a qual identificamos a primeira e a segunda geração que viram a cidade nascer e crescer, moradores das primeiras ruas e bairros ou mesmo filhos de políticos e funcionários de alto escalão na época –, têm-se a convergência de dados de que a cidade era dividida em três áreas: 1) o manto de Nossa Senhora, composto pelas avenidas Araguaia, Tocantins e Paranaíba e Praça Cívica; 2) as margens do Córrego Botafogo; 3) e, por último, a região Norte depois da Estrada de Ferro e da Avenida Paranaíba, que era asfaltada. Pelo mapa, tem-se uma noção desses espaços. A divisão fica clara no depoimento da filha do primeiro prefeito, que nasceu na cidade antes mesmo de seu batismo cultural em 1942.

Nos anos Dourados, nos anos 50, nós dizíamos assim: Goiânia está dividida; da Av. Paranaíba para cima, que ó Palácio, era a nata da sociedade que morava; da Av. Paranaíba, era a classe média baixa. Então, as pessoas tinham essa rivalidade. Então, você queria falar alguma coisa assim, negativa de alguém, “Ah, fulano é... não é do lado Sul”. “Ela mora além da Avenida Paranaíba”. A Avenida Paranaíba era um divisor, um divisor entre as classe sociais e até hoje isso existe. Você mora onde? Ah, no bairro do buraco? Sempre existiu. E Botafogo, ali eram era invasores, eram lavradores, empregadas domésticas... (Nize de Freitas, 19/09/2006).



**Foto 4** – Mapa de Goiânia (1937) por Attílio Corrêa Lima (Fonte: DAHER, 2003: 137).

### **Reflexões Patrimoniais na Perspectiva Antropológica**

Quando olhamos a questão patrimonial pela perspectiva antropológica, percebemos alguns caminhos que desenharam uma tensão com relação ao tema da preservação, portanto do tombamento, do conceito antropológico de identidade e do próprio processo inerente à

constituição e à mobilidade das formas urbanas e de seu dinâmico processo. Poderíamos também associar a temática do patrimônio com a idéia da “Teoria do Conflito” de George Simmel nas diferentes formas de viver o urbano<sup>2</sup>.

A experiência de uma antropologia na cidade de Goiânia (LIMA FILHO, 2004) provocou um jogo de espelhos desses conceitos e das narrativas relacionadas a eles, seja pelos entrevistados ou pelos representantes de políticas públicas, seja pelo próprio discurso antropológico.

Num primeiro momento, fica claro que a representatividade do conjunto de *Art Déco* como representante de um tempo áureo do início da cidade não tem correspondência direta com as narrativas do mesmo período em que tais prédios públicos foram construídos. Tipicamente frutos de uma ação governista da Era Vargas, eles representam um estilo arquitetônico em voga no período da década de 30, 40, e já tardio, como no caso da estação ferroviária da cidade nos anos 50 – estilo tão diferente do olhar dos goianos que a filha do primeiro prefeito, Venerando de Freitas, Nize de Fretas, perguntou ao pai o porquê daquela forma engraçada do Cine Teatro Goiânia, ao que ele respondeu: “observa bem, minha filha, o teatro Goiânia é uma galera, observa bem que o formato dele é de uma galera”. E Dona Nize arremata: “ou seja, ele foi inspirado numa galera egípcia”. Uma galera egípcia em pleno Planalto Central!

Considerado excepcional pelo IPHAN, ganhou o *status* de proteção federal. Goiânia entrou, assim, em 2001 no seleto círculo de bens patrimoniais tombados pela União, fazendo jus à atuação do órgão federal que foi instituído pela mesma lei que criou o tombamento. Como já analisei, Goiânia se equaciona à cidade de Goiás nessa ciranda patrimonial do tempo.

A tensão que resiste como consequência disso, do ponto de vista antropológico, são basicamente duas. Primeiro, o estilo, como já afirmou Metran (2006), não tem permeabilidade na concepção de morar da população goianiense. Nem mesmo as “casas tipos” do início da cidade, construídas pelo governo estadual, têm a *Art Déco* como preponderante. Notam-se elementos desse estilo em algumas casas e sobrados. Registra-se, aqui, a resistência cultural por detrás do discurso e da práxis

---

2 Ver Ekert (2002).

ideológica e de modernização de Pedro Ludovico e de sua equipe. Como vimos, a mudança provocou um movimento de resistência na cidade de Goiás. Vencidos pelas mãos fortes de Getúlio Vargas e de Pedro Ludovico, os vilaboenses quase se transfiguram na constituição de futuros goianienses. Como que numa atitude tácita, os descendentes dessa “geração–mãe” elegem, ao longo do desenvolvimento da cidade, o estilo neocolonial como preferido. O estilo é inspirado no passado e se caracteriza por largos beiras de madeiramento aparente e recortados, frontões curvos como das igrejas oitocentistas, vergas de arcos, entre outros elementos. Em outras palavras, os goianienses se rendem ao novo, porém não “abrem mão” do velho. É só passear pela cidade! Portanto, aqui reside o contraponto. O que se tombou foi o que governo elegeu, no passado e no presente, e não as pessoas, as famílias, as memórias. Disso decorre a questão: não seria o neocolonial alvo de atenção de tombamento federal, amparado pela legitimidade de seus moradores? A resposta parece ser não do ponto de vista da lei do tombamento, uma vez que, contaminada pelo hibridismo de formas, o neocolonial de Goiânia se distancia muito do ideal de excepcionalidade. Para isso, o Colonial de Goiás já foi tombado, poderiam alegar alguns. Contudo, do ponto de vista antropológico, a negação é constrangedora, pois revela uma distância entre aquilo que é concebido enquanto referências culturais e aquilo que é eleito pelo Estado. Afinal, as culturas não são dinâmicas e híbridas, como o quer Barth (1968) e Canclini (2003)? Ou, ainda, como questiona Eckert (2002: 78),

Quem são os guardiões da memória celebrada pelo Estado e divulgada pelos meios de comunicação de massa? E quem são os herdeiros dessa memória? Estaremos, hoje conformados à memória seletiva de um discurso oficial ou estamos ao contrário (...) atentos aos fatores aglutinantes apreendidos num processo de emancipação do sujeito e coletivização do conhecimento histórico?

Cabe ressaltar que o jurista Frederico Marés esclarece que qualquer cidadão, ao ver suas referências culturais ameaçadas, mesmo que coletivas, pode entrar com pedido de tombamento na justiça (MARES, 1986: 23).

Daí, formula-se a questão inevitável e provocadora: afinal, para que serve o tombamento? Ouro Preto foi conservada porque foi tombada

ou porque foi esquecida no tempo, conservando um passado (GONÇALVES, 2001) que só mais tarde seria resgatado como ícone patrimonial dos tempos modernos? Esse mal estar na cultura, ou em nossos arquétipos patrimoniais – para lembrarmos de Freud ou Jung –, talvez possa ser amenizado com a compensação do registro imaterial, que, aliás, também se resvala na armadilha fácil do excepcional. Assim, podemos concluir que, do ponto de vista conceitual, tanto o Tombamento quanto o Registro Imaterial são males patrimoniais necessários, mas insolúveis na dinâmica das culturas.

A segunda questão conceitual que se coloca está diretamente relacionada com a idéia da preservação, tão cara na trajetória brasileira de construção de uma identidade nacional em nossas políticas patrimoniais e que se impregnam em nós como se o apego ao passado fosse uma remissão pelo peso incômodo de atraso, da pobreza, do sertão, da fatalidade histórica tão retoricamente ensaiada pelo nossos pensadores da passagem do século XIX e início do século XX e tão obsessivamente colocada em marcha por nossos estadistas e governos. Assim, faz sentido o que Eckert e Rocha chamam de cidade-ruína, que “é a expressão do conjunto de intenções e de comportamento do homem brasileiro diante do Tempo. (...) os habitantes valorizam o presente reformulando o passado” (ECKERT & ROCHA, 2005: 24) Nesse vai e vem temporal, o movimento que impulsiona para a modernidade rompe com o passado, destrói os patrimônios, torna inóspitas as relações sociais, individualiza o que foi marcadamente holista por excelência. A volta ao passado parece querer ressemantizar e fazer marcar o passado no presente: é preciso proteger, contaminar-se de um passado que nós mesmos destruímos – daí a busca por objetos, coleções, ruínas. Talvez daí se compreenda uma ambigüidade nas narrativas patrimoniais do homem urbano, como elucida a voz de um dos pioneiros entrevistados, que nos disse que mudou radicalmente a parte frontal de sua casa da Rua 20, uma das primeiras de Goiânia, devido à notícia que correu de que o Estado iria tombar sua casa – “fiz um pecado patrimonial”, nas palavras deles. No entanto, a parte interna continua intacta. Mas seu filho adiantou e sentenciou: “tem que mudar mesmo, professor, faz parte da modernização”. Portanto, a contraposição de uma proteção por proteção sem convencimento ou algo que valha ou que faça sentidos é pura fumaça de retóricas para

amenizar nossas sangrias patrimoniais – e diria existenciais. Como pensou Lefebvre (2004: 112), o fenômeno urbano é, ao mesmo tempo, simultâneo e cumulativo: simultâneo porque é ponto de convergências díspares, memórias cruzadas, camadas do passado, como um corte estratigráfico revela a erosão do tempo, marcando a ausência mas, ao mesmo tempo, demarcando o que ficou; cumulativo porque demonstra vários conteúdos, culturas, técnicas, estilos – formas urbanas, eu acrescentaria. Daí a coexistência, em uma mesma casa, entre o quase sentimento de culpa do velho pioneiro e o rompimento de seu filho, de outra geração, mas que sabe de cor todos os vizinhos pioneiros e que demonstrou “controle de impressões” nesse vis-a-vis com o antropólogo numa situação de campo. Entendo, assim, que a proteção ou a destruição fazem parte de um jogo de poder, de controle de impressões e de retóricas e de constituição de *personas* políticas, físicas ou jurídicas. É por isso que, na Rua 20, se encontram fragmentos de um passado representado pelos casarões como a Casa de Colemar Natal e Silva, Pereira Zeka, a casa eclética dos Sabino, a casa estilo Normando do Helio Naves e, aqui e acolá, os *brises-soleil* e traços retos das casas modernistas. Além disso, têm-se os edifícios que colocaram abaixo a antiga Cúria e a Casa do Bispo, o Palacinho de Pedro Ludovico e tantas outras edificações. A Rua 20 é, por excelência, a metamorfose da cidade. Daí sua fisionomia tão distante de qualquer intenção de tombamento federal ou de qualquer atitude patrimonial dos poderes estadual (que se restringiu a tomar uma casa tipo) e municipal. O passado agoniza nos estacionamentos da cidade, que quase tem um carro por cidadão habilitado. E, assim, para lembrarmos Sahlins, poderíamos dizer que o tombamento, esse mito de origem do pensar patrimonial brasileiro, implode-se nos eventos históricos da cidade, que se transfigura. Mas, como qualquer bom mito, suas estruturas arcaicas permanecem apesar do roer do tempo. E, assim, de vez em quando, sua eficácia tece as narrativas e ações concatenadas. E, como não poderia deixar de ser, o rito acontece para reificar o mito. Não foi assim com o tombamento do *Art Déco* em Goiânia e suas narrativas?

## Referências Bibliográficas

BARTH, Fredrik. **Ethnic Groups and Boundaries: the social organization of culture difference**. Boston: Little Brown Company, 1969.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2003.

DAHER, Tânia. **Goiânia – uma utopia européia no Brasil**. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

ECKERT, Cornelia. “O que não esquecemos? Tudo aquilo que temos razões para recomençar”. *In: Cidade e Memória na Globalização*. Porto Alegre: Unidada Editorial, 2002.

ECKERT, Cornelia & ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **O Tempo e a Cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **O (des) Encanto do Oeste**. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

\_\_\_\_\_. “O Futuro do Passado da cidade de Goiás: gestão, memória e identidade”. *In: HABITUS*. v.1, n.2 jul/dez. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

\_\_\_\_\_. **Antropologia na Cidade - Memória, Identidade e Referências Culturais sobre o Núcleo Pioneiro de Goiânia**. Projeto de Pesquisa. Universidade Católica de Goiás. Goiânia: 2004.

\_\_\_\_\_. “Cidade Patrimoniais e Identidades Nacionais questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos”. *In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira & BEZERRA, Márcia (orgs.). Os Caminhos do Patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006.

MACHADO, *et. al.* **EIA/RIMA (Diagnóstico) sobre a Implantação do Metrô na cidade de Goiânia**. DBO. Goiânia: 2003

MELLO, Márcia Metran. **Goiânia: cidade de pedras e palavras**. Goiânia: Editora UFG, 2006.

MONTEIRO, Ofélia. S. do Nascimento. **Como Nasceu Goiânia**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

SILVA, Ciro Augusto de Oliveira. **Revitalização e Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico de Centro de Goiânia**. Dissertação de Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural. IGPA/ Universidade Católica de Goiás. Goiânia: 2006.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **Bens Culturais e Proteção Jurídica**. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1999.

VIDAL E SOUZA, Candice. **A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.